



Moção

Aprovada na Conferência Sindical de 27 e 28 de Outubro em Lisboa e entregue no Gabinete do Primeiro Ministro na Concentração de 28 de Outubro

A grave crise com que Portugal se confronta exige sacrifícios, que tem que ser justamente repartidos.

Neste momento, invocando o conteúdo do Memorando assinado entre o Governo Português e a Troika, tem havido uma sistemática desvalorização do trabalho, promovendo-se modelos de desregulação laboral, que não são mais do que tentar impôr políticas que não respeitam os valores do modelo social europeu.

A UGT defende a dimensão social do Estado capaz de assegurar igualdade de oportunidades e serviços de qualidade a todos os cidadãos. Assumindo a coexistência que já existe entre sector público e privado e a necessidade de mudanças que assegurem uma adaptação às novas realidades, bater-nos-emos com intransigência na defesa do Serviço Nacional de Saúde, da Educação e da Segurança Social Públicas, com particular atenção ao combate contra todas as medidas que comprometam a sustentabilidade financeira futura do regime contributivo da Segurança Social.

A UGT nunca teve uma posição ideológica contra as privatizações, mas considera que para além de um sector empresarial privado, tem que haver sector público e da economia social. Há privatizações impostas pela Troika, para obtenção de receitas para o Estado. Assumimos uma posição claramente contra privatizações de empresas que põem em causa a qualidade e o custo dos serviços para os cidadãos e traduzem um sobrecusto para a economia. Todas as privatizações que envolvam transferência maioritária de propriedade têm que ser previamente objecto de discussão com os Sindicatos, em particular relativamente a eventuais consequências laborais.

A UGT não aceita a imposição sistemática do “posso, quero e mando”.

São necessárias reformas estruturais que promovam o crescimento, a competitividade e o emprego.

A competitividade deve ter presente a necessidade de apostar num modelo de desenvolvimento assente na valorização do sector produtivo, na inovação e na qualidade dos recursos humanos e na qualidade da gestão.

O nosso País tem uma baixa produtividade média, mas empresas bem geridas – pequenas, médias e grandes – tem das mais elevadas produtividades da União Europeia.

Existe um elevado nível de economia clandestina, assente na fraude e fuga fiscal e na concorrência desleal.

A proposta de Orçamento de Estado para 2012 traduz um ataque brutal aos salários e pensões, mesmo daqueles que tem muitos baixos rendimentos e agrava de modo inaceitável as desigualdades.

Não são apontados caminhos de esperança para o futuro, mas sim uma acentuada recessão, com aumento do desemprego para níveis insustentáveis e o agravamento da pobreza e da exclusão.

O Governo propõe-se impor a desregulação do tempo de trabalho e é incapaz de promover políticas que criem condições futuras para o desenvolvimento económico e social.

As acções que vêm sendo prosseguidas e a proposta de OE para 2012 põem em causa um melhor funcionamento da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado. Consideramos importante uma gestão responsabilizada e eficiente na utilização dos recursos financeiros disponíveis, no combate ao desperdício e na melhoria do funcionamento do sector público ao serviço da economia e dos cidadãos.

A UGT sempre se empenhou no reforço do diálogo social, na certeza de que a negociação a nível nacional, sectorial e de empresa, permite o encontro de soluções concertadas que respondem melhor às necessidades das empresas e dos trabalhadores e permitem a conciliação entre a vida de trabalho e a vida familiar.

A UGT considera que não existe neste momento uma verdadeira Concertação Social, mas sim uma prática permanente de fuga à discussão das matérias fundamentais ligadas às áreas económicas e sociais, associado à incapacidade de apresentação de propostas por parte do Governo e de sistemático desrespeito por compromissos assumidos.

A negociação colectiva encontra-se quase paralisada, com completo desrespeito pelo direito à negociação, sendo incentivada a precariedade laboral e o abaixamento dos salários.

Os mais de 800 dirigentes, delegados e activistas sindicais, das Associações Sindicais filiadas na UGT e provenientes de todo o País, perante tal situação, decidem:

- Exigir mudanças profundas no Orçamento de Estado para 2012, visando uma distribuição equilibrada dos sacrifícios e combater o empobrecimento generalizado dos pensionistas e trabalhadores no activo a que o mesmo conduz;
- Combater a desregulação laboral que vem sendo apontada, particularmente a nível dos despedimentos, das reduções no subsídio de desemprego e das horas extraordinárias;
- Exigir o respeito pelos direitos dos trabalhadores da Administração Pública e do sector empresarial, público e privado;
- Defender o Estado Social, em particular nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Social;
- Combater tentativas de imposição do aumento do horário de trabalho, com aumento do horário máximo de trabalho semanal;
- Combater o aumento das desigualdades sociais, do desemprego e da pobreza e exclusão social;
- Combater o aumento da precariedade laboral.

Só haverá soluções para a crise com crescimento e emprego, que impeça cairmos num ciclo vicioso de cada vez maior recessão, exigindo sempre mais e mais sacrifícios.

É fundamental o aprofundamento da Construção Europeia e uma coordenação das políticas dos diferentes Estados Membros que, ao lado, de soluções de redução dos défices orçamentais e do desequilíbrio das contas externas, em prazos temporais adequado, apostem no Crescimento e no Emprego, criando condições para promover investimentos públicos e privados com reorientação dos fundos comunitários e políticas de defesa do sector produtivo.

Exige-se uma aposta no sector produtivo nacional, nos sectores primário, secundário e terciário, na venda dos seus produtos e serviços nos mercados interno e externo, apostando na qualidade, na inovação e na qualificação e na concorrência leal.

Deve existir uma política de rendimentos que seja um instrumento de justiça, solidariedade e combate às desigualdades e à pobreza e exclusão social, com particular atenção às pensões e salários mais baixos incluindo as pensões mínimas e salário mínimo.

Há que promover o diálogo social a todos os níveis, incluindo o nível europeu, com discussão de políticas que promovam mais e melhor emprego, com adaptabilidade negociada das condições de trabalho, com conseqüente aumento da riqueza criada e da sua justa distribuição.

É em defesa de uma mudança das políticas e das práticas que os Sindicalistas presentes na Conferência Sindical de 27 e 28 de Outubro de 2011 manifestam o seu total empenhamento na mobilização para a Greve Geral de 24 de Novembro que, no seguimento de decisões por unanimidade do Secretariado Nacional e do Conselho Geral da UGT, e no seguimento dos contactos havidos, envolverá o conjunto do movimento sindical e em especial a CGTP e as Associações Sindicais nesta filiadas.

Lisboa, 28 de Outubro de 2011